

# Collor veta Cr\$ 97

**ECONOMIA • 23**

## bi do Orçamento

**BRASÍLIA** — O Presidente Fernando Collor vetou Cr\$ 97 bilhões de despesas incluídas no Orçamento deste ano pelo Congresso, que fixou as receitas e despesas em Cr\$ 52,8 trilhões. Os vetos são inexpressivos se comparados à receita total e um pouco mais de 2% em relação aos Cr\$ 4 trilhões de novas receitas incorporadas à lei orçamentária.

A maioria dos vetos refere-se a emendas para construção de estradas vicinais, projetos de infra-estrutura urbana, recuperação de portos, construção de pontes. A decisão de veto não poupou os recursos alocados na Secretaria de Desenvolvimento Regional, dirigida por Egberto Batista e vinculada à Presidência da República, que ficará sem Cr\$ 28 bilhões; outros Cr\$ 54 bilhões foram eliminados das dotações do Ministério da Economia, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), para financiar projetos para sistema metroviário das capitais.

O Diretor do Departamento de Orçamento da União, Cláudio Forghieri, explicou que estes vetos foram necessários porque se tratavam de projetos que estavam incompatíveis com o plano plurianual de investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ou seja, os parla-



mentares criaram novas despesas e, em alguns casos, alocaram em áreas erradas. Foi assim, por exemplo, na dotação dos Cr\$ 28 bilhões da Secretaria de Egberto Batista: as verbas para conservação de estradas vicinais deveriam constar das liberações para o Ministério da Infra-Estrutura e não na Secretaria de Desenvolvimento Regional, como ponderou Forghieri.

Os vetos atingiram ainda projetos na área da Sudam (Cr\$ 500 milhões), do Ministério da Agricultura (Cr\$ 220 milhões, que seriam aplicados pela Codevasf), além de outros Cr\$ 300 milhões eliminados das dotações do Ministério da Justiça, para aplicação na ainda inexistente polícia ferroviária federal.

Os investimentos das empresas estatais atingirão Cr\$ 4,78 trilhões este ano, com um aumento real de 20% sobre o orçamento de investimentos do ano passado, que registrou um grande aperto nos cofres das estatais. Este crescimento não significa, porém, que o conjunto das 170 estatais poderá empenhar novas obras porque também seus dirigentes terão que se enquadrar às restrições nas despesas determinadas pelo Ministério da Economia. Ou seja, mesmo que uma estatal seja auto-suficiente com capacidade de gerar receitas adicionais não poderá gastar livremente, informou Forghieri.